



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 85, DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o processo Projeto de Lei do Senado nº16, de 2015, da Senadora Ana Amélia, que Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Armando Monteiro

05 de Setembro de 2017





PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa e turno suplementar, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2015, da Senadora Ana Amélia, que *dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.*

Relator: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

I – RELATÓRIO

Encontra-se em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em turno suplementar e decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 16, de 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Em 22 de agosto de 2017, houve a aprovação de substitutivo integral à proposição em turno único (Emenda nº 7 – CAE). Dentro do prazo regimental, o Senador Lindbergh Farias propôs as Emendas nºs 8 a 10 – S, sendo que a Emenda nº 8 – S foi retirada a pedido do autor.

A Emenda nº 7 – CAE (Substitutivo) permite a criação de fundação privada, denominada fundação gestora de doações, que segregará os recursos recebidos, exceto a doação para uso corrente, em uma estrutura conhecida como fundo patrimonial, para fins de constituição de uma poupança de longo prazo, pensada como um instrumento de ajuda financeira adicional, regular e permanente a projetos da instituição apoiada.

Por sua vez, a instituição apoiada pode ser entidade civil sem fins lucrativos, instituição pública ligada à cultura, instituição pública de ensino superior, instituto federal de educação ou instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) pública.



A Emenda nº 9 – S objetiva suprimir o § 3º do art. 4º da Emenda nº 7 – CAE. O dispositivo a ser suprimido proíbe que uma instituição apoiada celebre termos de aplicação de recursos com mais de uma fundação gestora de doações. O autor justifica a supressão em comento sob o argumento de que a fundação gestora de doações poderá ter dificuldades operacionais durante a etapa de destinação das doações e dos rendimentos dela decorrentes, pois a fundação necessitará estar a par dos interesses bastante específicos das dezenas de faculdades que compõem uma única universidade.

Por seu turno, a Emenda nº 10 – S promove duas alterações na redação da Emenda nº 7 – CAE. A primeira modificação refere-se à possibilidade de que as fundações de apoio criadas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, também possam receber doações privadas incentivadas pelo Substitutivo aprovado nesta Comissão, contanto que obedeçam às condições de gestão e destinação dos recursos dessas doações dele constantes.

A segunda mudança dispensa as fundações de apoio de cumprir o inciso I do *caput* do art. 5º do Substitutivo, que trata da denominação da fundação privada constituída. Conforme o Senador Lindbergh Farias, a intenção da Emenda nº 10 – S é possibilitar que as entidades apoiadas credenciem as fundações de apoio como fundações gestoras de doações, de modo que as fundações de apoio possam gerir doações incentivadas pela proposição em exame e destinar os recursos correspondentes às atividades de pesquisa.

Além dessas emendas, o Senador Flexa Ribeiro ofereceu três oportunas emendas um pouco antes da sessão ordinária da CAE em 5 de setembro de 2017, com o objetivo de permitir que, mediante autorização dos doadores e de deliberação unânime do Conselho de Administração, sejam utilizados, no máximo, 20% do principal das doações resgatáveis a termo, sem a necessidade de devolução desses valores ao final do período do termo de doação. Trata-se das emendas nºs 11 a 13 – S.

II – ANÁLISE

O Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 282, estipula que a aprovação de substitutivo integral a projeto de lei será acompanhada de sua deliberação em turno suplementar, em que emendas poderão ser oferecidas desde que não correspondam a novo substitutivo



integral. Essa regra, nos termos do art. 92 do RISF, aplica-se à tramitação dos projetos de lei submetidos à deliberação terminativa na CAE.

Tal qual a proposição original, as Emenda nºs 9 e 10 – S não apresentam qualquer vício de ordem constitucional, pois compete à União legislar sobre educação e direito civil nos termos, respectivamente, do inciso IX do art. 24 e do inciso I do art. 22, todos da Constituição Federal. Tampouco se vislumbra vício de iniciativa nas emendas em comento.

No mérito, decidimos por acatar as Emendas nºs 9 e 10 – S. Em primeiro lugar, o Substitutivo pretende incentivar a criação de fundações gestoras de doações que apoiam exclusivamente atividades de pesquisa e inovação das universidades públicas, com credenciamento realizado uma única vez, sem a possibilidade de recebimento de doações públicas e de remuneração de agentes públicos, e que se submetam à auditoria independente e às regras de contabilidade vigentes.

Como é sabido, as fundações de apoio, embora sejam fundações com personalidade jurídica de direito privado, também podem apoiar atividades de ensino nas universidades, receber recursos públicos por meio de convênios, remunerar servidores através de bolsas, além de não se submeterem obrigatoriamente à auditoria independente e às regras de contabilidade existentes e possuírem credenciamento com necessidade de renovação a cada cinco anos.

Assim, se as fundações de apoio pudessem ser credenciadas como fundações gestoras de doações sem a imposição de condicionalidades, as ideias centrais do novo arcabouço jurídico pretendido seriam perdidas, com impacto adverso sobre as regras de transparência e, conseqüentemente, sobre os montantes de doações passíveis de recebimento, o que, em última análise, minaria a capacidade de execução de pesquisa na fronteira do conhecimento.

Daí decorre a importância da Emenda nº 10 – S. Ela evita a distinção entre as fundações privadas que queiram se enquadrar nas regras de funcionamento das fundações gestoras de doações, isto é, a fundação de apoio poderá receber doações incentivadas pela proposição em exame, mas somente se as doações forem geridas e destinadas nos termos descritos pelo Substitutivo. Em outras palavras, a permissão dada às fundações de apoio passa a se compatibilizar com o novo arcabouço jurídico pensado.



Em segundo lugar, acertadamente a Emenda nº 9 – S suprime a exigência de que cada entidade apoiada celebre termos de aplicação de recursos com apenas uma única fundação gestora de doações. Essa obrigatoriedade, inclusive, conflitaria com o acatamento da Emenda nº 10 – S, pois, se a entidade apoiada já tivesse credenciado uma fundação diferente da de apoio como fundação gestora de doações, não poderia haver o credenciamento da fundação de apoio como fundação gestora.

Por fim, acolhemos as emendas do Senador Flexa Ribeiro que, respeitando a vontade dos doadores, faculta ao Conselho de Administração a, por unanimidade, valer-se de até 20% do principal das doações resgatáveis a termo sem a necessidade de devolução com o advento do termo, fato que dá maior versatilidade à fundação gestora.

III – VOTO

Ante o exposto, somos favoráveis a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2015, nos termos da Emenda nº 7 – CAE, com o acatamento das Emendas nºs 9 a 13 – S.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Relatório de Registro de Presença
CAE, 05/09/2017 às 10h - 32ª, Ordinária
Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
KÁTIA ABREU		1. EDUARDO BRAGA	
ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
RAIMUNDO LIRA		4. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. VAGO	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN		1. ÂNGELA PORTELA	
HUMBERTO COSTA		2. FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE
JORGE VIANA	PRESENTE	3. PAULO PAIM	
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	4. REGINA SOUSA	
LINDBERGH FARIAS	PRESENTE	5. PAULO ROCHA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	2. DALIRIO BEBER	
JOSÉ SERRA		3. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE	
JOSÉ AGRIPINO		5. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
OMAR AZIZ	PRESENTE	2. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		3. BENEDITO DE LIRA	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	PRESENTE
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE	
VANESSA GRAZZIOTIN		3. LÚCIA VÂNIA	

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	2. VAGO	
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS	PRESENTE

Não Membros Presentes



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

VICENTINHO ALVES

DÁRIO BERGER

HÉLIO JOSÉ

Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Emendas 9 a 13\S ao Substitutivo do PLS 16/2015

Comissão de Assuntos Econômicos

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
KÁTIA ABREU (PMDB)				1. EDUARDO BRAGA (PMDB)			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				2. ROMERO JUCA (PMDB)			
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	X			3. ELMANO FERRER (PMDB)	X		
RAIMUNDO LIRA (PMDB)				4. WALDEMIR MOKA (PMDB)			
SIMONE TEBET (PMDB)	X			5. VAGO			
VALDIR RAUPE (PMDB)	X			6. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GLEISI HOFFMANN (PT)				1. ÂNGELA PORTELA (PDT)			
HUMBERTO COSTA (PT)				2. FÁTIMA BEZERRA (PT)			
JORGE VIANA (PT)	X			3. PAULO PAIM (PT)			
JOSÉ PIMENTEL (PT)				4. REGINA SOUSA (PT)			
LINDBERGH FARIAS (PT)	X			5. PAULO ROCHA (PT)			
ACIR GURGACZ (PDT)	X			6. RANDOLFE RODRIGUES (REDE)			
TITULARES - Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
TASSO JEREISSATI (PSDB)				1. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)	X		
RICARDO FERRAÇO (PSDB)	X			2. DALÍRIO BEBER (PSDB)			
JOSÉ SERRA (PSDB)				3. FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X		
RONALDO CAIADO (DEM)				4. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
JOSÉ AGRIPIANO (DEM)				5. MARIA DO CARMO ALVES (DEM)			
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR (PSD)	X			1. SÉRGIO PETECÃO (PSD)			
OMAR AZIZ (PSD)	X			2. JOSÉ MEDEIROS (PODE)			
CIRO NOGUEIRA (PP)				3. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)				1. ROBERTO ROCHA (PSB)	X		
LIDICE DA MATA (PSB)	X			2. CRISTOVAM BUARQUE (PPS)			
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)				3. LÚCIA VÂNIA (PSB)			
TITULARES - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
WELLINGTON FAGUNDES (PR)				1. PEDRO CHAVES (PSC)	X		
ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X			2. VAGO			
TELMÁRIO MOTA (PTB)				3. CÍDINHO SANTOS (PR)			

Quórum: TOTAL 17

Votação: TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

Senador(a) Tasso Jereissati
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 05/09/2017

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 16/2015)

A COMISSÃO APROVA AS EMENDAS NºS 09 A 13/S –CAE AO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PLS Nº 16 DE 2015, POR 16 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

05 de Setembro de 2017

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos